



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

**PROPOSTA DE GESTÃO POR MEIO DE SISTEMA DE MEDIAÇÃO CULTURAL: SABERES
INDÍGENAS**

**MANAGEMENT PROPOSAL THROUGH CULTURAL MEDIATION SYSTEM: INDIGENOUS
KNOWLEDGE**

Maria Aparecida Jacques de Arruda. UNESP.

Rosangela Formentini Caldas. UNESP.

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Objetivou-se levantar ações que contribuam na promoção da proposta de um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes etnológicos, vinculado com a Biblioteca Curt Nimuendajú da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Quanto à metodologia, é uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada descritiva e exploratória. Utilizou-se o método gestão baseada em evidência, o qual, exige três ou mais fontes de evidências; para tal, optou-se pelos seguintes procedimentos: Levantamento Bibliográfico no Portal de Periódicos da Capes e Base Brasileira de Pesquisa em Ciência da Informação; Levantamento da temática no *site* da Fundação Nacional do Índio e Entrevista semiestruturada com um líder indígena. Utilizou-se da técnica análise de conteúdo para analisar os resultados. Considerou-se que o objetivo foi alcançado de forma parcial, devido a quantidade de fontes de evidências levantadas, ficou pendente parte das análises. Sugere-se que estudos dessa natureza seja uma constância na Ciência da Informação para contribuir com o desenvolvimento informacional e etnocultural dos povos indígenas brasileiros.

Palavras-Chave: Gestão de Conhecimento Indígena. Mediação Cultural Indígena. Mediação do Saber Etnológico. Sistema de Informação Indígena. Biblioteca Indígena – Funai.

Abstract: The objective was to identify actions that contribute to the promotion of a system of management and cultural mediation and ethnological knowledge linked to the Curt Nimuendajú Library of the National Indian Foundation (FUNAI). Regarding the methodology, it is a research with a qualitative approach, characterized as descriptive and exploratory. The evidence-based management method was use, which requires three or more sources of evidence. For this, the following procedures it were decides: Bibliographic Survey on the Capes Journal Portal and the Brazilian Research Base in Information Science; Survey of the theme on the website of the Fundação Nacional do Indio and, a semi-structured interview with an indigenous leader. The content analysis technique used to analyze the results. It was consider that part of the objective was achieve, due to the amount of sources of evidence recovered; part of the analysis was pending. It suggested that studies of this nature be a constant in Information Science to contribute to the informational and ethno cultural development of Brazilian indigenous peoples.



Keywords: Indigenous Knowledge Management. Indigenous Cultural Mediation. 3. Mediation of Ethnological Knowledge. Indigenous Information System. Indigenous Library – Funai.

1 INTRODUÇÃO

Na dinâmica sociedade globalizada, que procura melhorias e aperfeiçoamentos a partir de insumos informacionais, estão também inseridos, os indígenas. Povos reconhecidos pela existência da preservação de suas culturas nativas, não cidadãos usuários e produtores de informações e conhecimentos como a sociedade não indígena, porém, muito pouco mencionados e reconhecidos na área da Ciência da Informação, enquanto sujeitos informacionais que, necessitam apossarem-se desses valiosos bens para inserção sociocultural, empoderamento etnocultural, resoluções de problemas e/ou de outras lacunas informacionais. Na contemporaneidade brasileira, as organizações indígenas vêm dialogando sobre saberes e fazeres etnológicos, sobre seus direitos sociais, cidadania e protagonismo no campo e na cidade; buscam por documentos que comprovam e garantam suas terras, saúde, educação, produção agrícola sustentáveis, governança de recursos naturais, entre outras lacunas. Clamam também pelo reconhecimento e valorização de suas culturas de natureza etnológica, frente a uma sociedade ocidentalizada, sob o prisma eurocêntrico que os subjuga, desvaloriza e viola direitos já conquistados. Essas populações, possuem uma vasta riqueza etnocultural de saberes e conhecimentos tradicionais, que, deveriam ser reconhecidas e valorizadas mundialmente. Assim também, eles têm se despertado, para a importância de ações documentárias, participando das atividades de documentação de natureza etnológica relacionados aos seus interesses, no sentido de, descentralizar as práticas documentárias (MELLO, 2018), rompendo com os processos hegemônicos do Estado, em relação à guarda informacional, e de cultura de natureza etnológica.

Acredita-se que, uma estratégia adequada para o despertar dos povos indígenas, referente aos seus saberes documentais depositados nos repositórios da Funai, de maneira independente, para defenderem seus interesses, seria, a partir da articulação de um sistema de gestão e mediação cultural e de conhecimentos específicos dos indígenas, agregado com os dispositivos informacionais (Biblioteca e Museu) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que alcance, de forma remota, as comunidades nativas, devendo ser gerenciado por um agente indígena, capacitado para tal. Destarte, para essa imprescindível inter-relação sociocultural, são as ações de implementação de sistemas de gestão e de mediação cultural



e/ou saberes de natureza etnológica, as quais, podem potencializarem as interações de sujeitos que buscam informações para variadas necessidades.

Em busca de corroborar com tais conjecturas e, na perspectiva de responder, se, no contexto da existência de um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes de natureza etnológica, poderia ocorrer contribuições de desenvolvimento social, de cunho político institucional aos indígenas brasileiros, propôs-se como objetivo geral, levantar ações que contribuam na promoção da proposta de um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes de natureza etnológica, vinculado com os dispositivos informacionais (Biblioteca Curt Nimuendajú e Museu do Índio) da FUNAI. Tal sistema é visto como uma ferramenta moderna e necessária para organizar, salvaguardar e mediar saberes indígenas e indigenistas, entre as diversas etnias brasileiras.

Com o exposto, faz-se pertinente apresentar alguns conceitos e pontos de vistas de teóricos e pesquisadores que tem discutido essa temática, tanto na área da Ciência da Informação, como nas áreas correlacionadas.

2 POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Historicamente, os povos indígenas brasileiros foram e são vistos como grupos isolados de culturas periféricas e marginalizadas. No entanto, a diversidade desses povos, representada pelas distintas culturas, devido às suas línguas e saberes próprios, faz deste, um país plural, com vasto patrimônio cultural de natureza etnológica. Segundo o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existia no Brasil naquele ano do levantamento, o total de 896.917 indígenas, contabilizado 305 etnias indígenas e 274 línguas distintas e, com diferentes formas de pensar, ver e perceber o mundo que os cercam, em suas diversidades (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2022, documento eletrônico). Essa riqueza multicultural brasileira, constituída pela pluralidade étnica é alicerçada pela cosmologia e crenças mitológicas, a partir das quais, os povos originários se orientam e garantem sentido nas ações cotidianas, permitem interpretar acontecimentos e avaliar as decisões em suas formas de viver a partir da natureza que os cercam, sendo que, cada uma das etnias tem um jeito de viver de forma digna, unidas e compartilhadas, a seu modo.



2.1 Conhecimento e/ou saberes de natureza etnológico como insumos para etnodesenvolvimento

A questão discutida neste trabalho, se refere mais especificamente, aos conhecimentos e/ou saberes de natureza etnológica – a cultura indígena – organizada em um só ambiente informacional, como contribuições para o etnodesenvolvimento. Compreende-se que, o conhecimento indígena, seria aquilo que uma comunidade nativa (local) acumula ao longo de gerações em um ambiente particular. É o conhecimento local, único e tradicional, existente e desenvolvido em torno das condições específicas dos povos indígenas de uma determinada área geográfica (MOLE; EKWELEM; DIN, 2018, tradução nossa). Esses autores argumentam que, esse tipo de conhecimento é de natureza tácita e é encontrado nas memórias e atividades das pessoas, e é por isso que, quando um ancião morre, é como se uma biblioteca tivesse sido incendiada. Assim também, Paiva (2014) entende a informação indígena, como aquela que se refere aos povos originários, logo, a informação registrada, englobando diversos tipos de textos, independente do suporte, mas, que se ocupa do conhecimento indígena e sobre eles.

No entendimento de Dantas e Ferreiras (2013, p. 109), sobre informação e conhecimento etnológico, “[...] há uma relação de interdependência entre essas matérias-primas que alimentam continuamente a geração de novos saberes”, pois “[...] o conhecimento é o resultado de um processo histórico pelo qual, as experiências do meio em que se vive afetam diretamente no modo de agir do homem, no seu relacionamento com a natureza (BARROS; LEHFELD, 2007, apud DANTAS; FERREIRA, 2013, p. 109). Deste ponto de vista, o conhecimento é formado com base nas informações adquiridas cotidianamente, a partir das interações sociais, em contextos formais ou informais, independente de serem alfabetizados ou não (DANTAS; FERREIRA, 2013). Neste sentido, conhecimento ou saberes, são informações e experiências adquiridas por meio de aprendizados ao longo da vida (MOLE; EKWELEM; DIN, 2018). As formas de saber, no entendimento de Belluzzo e Silva (2017, p. 06), “[...] se relacionam entre si, mas não necessariamente estão se sucedendo uma à outra linearmente. Elas necessitam ser entendidas em relação ao contexto em que são usadas e em relação às funções que preenchem [...]”. As autoras afirmam que, o saber é oriundo da sociedade que o produz - advém das relações sociais. Assim, o conhecimento e o pensamento do sujeito do saber, que o adquire, acham-se vinculados ao contexto social da comunidade em que são produzidos (BELLUZZO; SILVA, 2017). Deste modo, compreende-se que cada povo, cada etnia,



traz em seu âmago um olhar, uma compreensão de mundo e de existência de forma particular. Assim também, tem sua forma específica de conhecer e de saber, tendo como “o grande livro¹” a natureza e seus ensinamentos, adquiridos a partir da observação diária do mundo, do cosmo que os envolvem. Haja visto, na opinião de Ndlovu (2017, p. 128) “[...] a ideia de formas indígenas de conhecer, ver e imaginar o mundo tem o potencial de permitir outra imaginação do mundo para além da visão ocidentalista já defunta”[...]. O autor se refere, neste sentido, aos conceitos e formas de conhecer e aprender, impostos pela sociedade euro-norte-americana, já ultrapassada na atualidade.

Apesar do exposto, a população indígena brasileira, são as menos beneficiadas com os avanços, desenvolvimentos e mudanças sociais e culturais deste país. Por isso, são essas questões, entendidas como novos desafios paradigmáticos a serem enfrentados pelas populações ameríndias no Brasil. Revés de, não só acessarem e apoderarem-se de diferentes tipos de informações, mas também, serem reconhecidos como produtores e consumidores de saberes e conhecimentos. Necessitando assim, ter um espaço informacional específico de preservação de suas diversidades étnicas culturais e que, este chegue e/ou alcance de forma remota, à todas as comunidades nas diversas regiões do país. O espaço proposto, tem a pretensão de possibilitar os acessos e posses informacionais pelos indígenas, para, deste modo, contribuir com a conservação e manutenção de seus *habitat* de forma sustentável, para o progresso e para o etnodesenvolvimento desses povos; assegurando-lhes assim, suas desvinculações dos poderes hegemônicos informacionais e Estatal que vigia e controla a produção documental e de informações dessa natureza, desde o início da República brasileira (MELLO, 2018), e também, o reconhecimento e valorização de suas diversidades culturais, pela população não indígena.

3 MEDIAÇÃO CULTURAL E DE SABERES/CONHECIMENTOS INDÍGENAS

O sentido da mediação se refere à processos de interconexão entre as esferas cultural e social, visto que, as interações são baseadas na dialogia devido ao seu efeito socializador cultural e, para que a cultura se torne comunicação se faz necessário que a comunicação se torne cultura, ou seja, uma depende da outra; um fenômeno cultural também funciona como

¹ Daniel Muduruku em vídeo aula sobre “Formação de saberes indígenas: identidade e diversidade. Disponível em: Instituto: Conhecimento Liberto (ICL). www.icl.com.br. Acesso em: mar.2022.



um processo de comunicação (SIMIONESCU, 2018), portanto, a mediação cultural e informacional são ações dialógicas de interações entre as partes de um sistema social-cultural que alia e permite o encontro das ideias, da cultura, do pensamento e do conhecimento, num processo relacional entre atores e agentes informacionais (ALMEIDA JUNIOR, 2017), pois, os espaços de mediações culturais e de saberes, contribuem para as interações e conexões de sentidos entre mediadores e mediados. A mediação cultural, age como um processo múltiplo de possibilidades para a atuação sociocultural, se manifesta como um elo entre o sujeito e os objetos informacionais e culturais, entre as comunidades e suas formas de saberes e os dispositivos informacionais, os quais facilitam a compreensão e o aprendizado daquele que busca, usa e se apropria dos conhecimentos/saberes, representados e armazenados em artefatos culturais, históricos e informacionais.

A propósito dessas ações mediadoras em espaços informacionais, para se efetivar de forma eficiente e eficaz, é fundamental ações estratégicas da gestão desses insumos.

4 GESTÃO CULTURAL E DE SABERES/CONHECIMENTOS INDÍGENAS

Entende-se a gestão como uma ação que vai além das rotinas técnicas de um espaço informacional (selecionar, organizar, classificar, armazenar e compartilhar) mas, e principalmente, trabalhar as relações humanas, interna e externamente, incluindo pessoal técnico, colaboradores, usuários e também, a comunidade externa como os usuários em potenciais, pois, gerir um espaço e/ou sistema informacional ultrapassa o local e transcende ao externo, seja físico ou *online*.

A administração da informação e do conhecimento é entendido por Souto (2014), como um conjunto de meios que contribuem para a produção de riquezas e para o desenvolvimento individual, organizacional e social e, inerente a isso, sugere-se uma redefinição da atuação dos profissionais da informação que atuam diretamente com esses bens, que, ultrapassem os processos internos do fazer biblioteconômicos, e assim, agir de forma proativa nos espaços sociais, onde reside as carências informacionais. Infere-se que, para a efetivação de um sistema de gestão de saberes e/ou conhecimentos indígenas, faz-se necessário a elaboração de estratégias de captação/registros desses insumos a partir de gravações sonoras, de vídeos, fotografias, formas escritas, entre outras, pois, são essas, tomadas de decisões gerenciais para a recuperação, organização, armazenamento, preservação, para posterior disseminação e/ou mediação.



Segundo Ribeiro *et al* (2019, p. 255) “para realizar a gestão do conhecimento é necessário focar tanto na dimensão tácita (comportamental) como na dimensão explícita (estrutura e tecnologia) de modo a gerar efetividade organizacional [...]”. São, essas ações, um conjunto de atividades que desafiam os profissionais da informação, e também, um agente indígena, para atuarem de forma competente e proativas no gerenciamento de um sistema informacional de natureza etnológico.

5 METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos percorridos no desenvolvimento deste estudo, foram um conjunto de procedimentos intelectuais, reflexivos e técnicos, adotados para encontrar respostas da questão levantada sobre a temática proposta. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada como descritiva e exploratória. O método definido para melhor alcançar o objetivo da pesquisa foi, o método denominado gestão baseada em evidências, o qual, sustenta três ou mais fontes informacionais, para assegurar resultados confiáveis e, atingir o propósito que se pretende. A pesquisa exploratória é realizada, principalmente, quando a temática escolhida é pouco explorada e, o pesquisador pretende ter maior familiaridade com o problema. Este tipo de pesquisa, aprimora as ideias ou, a descoberta de intuição (GIL, 2008) e, os estudos descritivos procuram analisar os fenômenos pesquisados fazendo descrição detalhada de como esses fenômenos se apresentam.

Quanto a abordagem metodológica, refere-se a um estudo qualitativo ao qual, Minayo (2002, p.21), diz que se preocupa, “com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com diversos universos que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Deste modo, este estudo com a temática, saberes e conhecimentos de natureza etnológico, são processos e fenômenos que não podem ser quantificáveis, pois, a pesquisa não tem a intenção de elaborar números estatísticos e nem, medir as ocorrências, mas, obter dados objetivos.

5.1 Método de gestão baseada em evidência

O método eleito neste estudo foi a gestão baseada em evidência (GBE), o qual, vai ao encontro da perspectiva de alcançar os objetivos proposto de maneira crítica e comprovada



cientificamente, pois, este método, é bastante relevante por demandar três ou mais fontes de evidências, como garantia de resultados confiáveis e consistentes na pesquisa.

Esse método, também conhecido como prática baseada em evidências (PBE) é oriundo da medicina, o qual foi desenvolvido, por um grupo de médicos pesquisadores, que criaram um novo conceito de medicina instituindo, a prática médica chamada de Medicina Baseada em Evidência-MBE, (*Evidence-Based Medicine* - EBM), norteada por evidências de pesquisas científicas bem desenvolvidas (ALMEIDA, 2008), isto é, entendida como uso consciente, claro e crítico de melhores e atuais evidências integradas com experiências clínicas, valores e preferências do paciente (SACKETT *et al*, 1996 apud CIOL; BERAQUET, 2009). A partir 1992, a MBE, expandiu-se por outras áreas do conhecimento como a Educação e Administração, se apresentando como um método para resoluções de problemas científicos.

Na Administração, os pesquisadores têm adotado a nomenclatura gestão baseada em evidência (GBE) tal qual, um novo método e, pode ser definido, de acordo com Reavy, Berta e Kohen apud Rousseau (2006), como tomada de decisão através do uso consciente, explícito e crítico de quatro fontes de informações (evidências) tais como: *expertise* (experiência) e análise crítica profissional; evidências do contexto local, que pode ser uma avaliação crítica das melhores evidências; pesquisas e investigações disponíveis e perspectivas das pessoas que possam ser afetadas pela decisão. Segundo Rousseau (2006) é importante nesse método da GBE, se alicerçar em várias fontes de evidências para que na prática, o resultado do estudo não seja comprometido quando se baseia em apenas uma fonte.

5.2 Gestão baseada em evidências no contexto da Ciência da Informação

A Ciência da Informação (CI), por ser uma área multidisciplinar tem a facilidade de trabalhar com todas as demais áreas do conhecimento, na atualidade, as práticas de pesquisas em bibliotecas baseadas em evidências, estão sendo muito mais importantes e imprescindíveis que os usos de recursos tecnológicos, principalmente, onde esses recursos tecnológicos são escassos (BOOTH, 2008). Além disso, as complexidades da comunicação não confiáveis na Internet, dificuldades de acessos de fontes de evidências e o desafio de interpretar a literatura de pesquisa, sobretudo, onde o inglês não é a primeira língua, tem desafiado os profissionais da informação a se aperfeiçoarem e se voltarem para uma nova perspectivas sobre esse fazer profissional. Nestes casos, a gestão baseada em evidências é uma abordagem pragmática para preencher essas e demais lacunas.



5.3 Técnicas de coleta de dados

Para coletar dados informacionais como fontes de evidências para esta pesquisa, optou-se pelos seguintes procedimentos:

- I. Levantamento Bibliográfico (levantamento de estudos científicos da área da CI que abordam a temática em questão);
- II. Levantamento de informações referente à temática na *website* da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), (análise de documentos e fontes informacionais que abordam a temática nas páginas *online* da Instituição);
- III. Entrevista semiestruturada com um líder indígena (gestor de uma comunidade indígena de etnia Guarani-Kaiowá).

Para a primeira fonte de evidência, definiu-se como escopo para a pesquisa o Portal de Periódicos da Capes e Base Brasileira de Pesquisa em Ciência da Informação-BRAPCI, contemplando os textos publicados entre os anos 2000 e 2021, sendo especificamente, pesquisas da área da CI brasileira, e como expressões de buscas: «conhecimento indígena», «saberes indígenas», «gestão do conhecimento etnológico», «Informação indígena», «Ambiente informacional indígena (arquivo, biblioteca, museu)», «Política informacional indígena», «mediação cultural indígena». No processo de busca, coleta e seleção das bibliografias, estabeleceu-se que somente os artigos que apresentassem os descritores, acima mencionados, descritos nos campos: título, resumo ou palavras-chave da publicação, seriam analisados.

Para o levantamento de informações na *website* da Funai, (segunda fonte de evidência), definiu-se as mesmas expressões de busca supracitados, tão bem como, os anos de publicações e documentos produzidos na língua brasileira. Para a realização da entrevista, a pesquisadora contatou um líder de etnia Guarani-Kaiowá, o qual gentilmente, se dispôs à entrevista.

5.4 Análise dos Resultados

Para analisar e discutir as informações levantadas, propôs-se a análise de conteúdo que é um procedimento de análise apresentado por Laurence Bardin como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferências de conhecimentos



relativos às condições de produção ou recepção destas mensagens (BARDIN, 2016, não paginado).

Essa técnica consiste em leituras aprofundadas em cada resposta dada pelos sujeitos de uma pesquisa e/ou mensagens como formas de comunicações ou textos científicos, afim de se compreender as “entrelinhas” do que foi exposto, informados nas opiniões ou ideias das pessoas, seja na forma oral ou escrita. A análise de conteúdos permite ao analista observar as expressões indiretas e/ou implícitas nas respostas e conteúdos analisados. A técnica de análise deve ser realizada em três fases: **pré-análise** – que consiste, de modo geral, na organização do material a ser analisado na leitura do material eleito para análise; **exploração do material**, de modo a aprofundar mais a análise, utilizando-se de procedimentos como a classificação, a codificação e a categorização simbólica ou temática; e, **tratamento dos resultados**, a inferência e a interpretação, em que os dados brutos serão trabalhados e interpretados, em todo material coletado (entrevista, bibliografias e observações). “A análise comparativa é realizada através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 4).

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A seguir, os resultados que foram gerados, a partir das leituras e análises da documentação, denominadas fontes de evidências e, que permitiram a elaboração das categorias *a priori* e *posteriori*.

6.1 Elaboração das categorias de análise

Com vista a responder ao problema levantado e ao objetivo da pesquisa que se propôs, os dados coletados foram analisados, por meio da análise categorial temática (unidades de registros), apresentado por Bardin (2016) que consiste no desmembramento do texto em categorias temáticas, apresentadas para atender ao objetivo da pesquisa. As unidades de registros ou, categoria inicial, foram definidas, *a priori*, a partir das expressões de buscas mencionadas na técnica de coleta de dados. Como categorias *a posteriori*, ficaram as categorias intermediárias, que foram inferidas após as leituras dos textos e informações levantadas.



6.1.1 Categorias iniciais

As categorias iniciais configuram-se como as expressões de buscas que procederam dos levantamentos bibliográficos. Resultaram do processo de codificação das leituras dos título, resumos e palavras-chave, totalizando dezoito artigos recuperados; destes, nove artigos continham as expressões buscadas, enquanto que os demais, foram descartados por não apresentarem os termos requeridos. Cada temática descrita é decorrente dos trechos selecionados, a partir da leitura dos mesmos.

Quadro 1 - Categorias iniciais.

Categorias iniciais
1. Conhecimento indígena
2. Saberes indígenas
3. Gestão do conhecimento etnológico
4. Informação indígena
5. Ambientes informacional indígena (arquivo, biblioteca, museu)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As categorias apresentadas a seguir, estão pautadas na entrevista, no referencial bibliográfico e na análise do site da Funai. A junção das primeiras categorias temáticas deu origem à primeira categoria intermediária. Destaca-se que na expressão, ambientes informacionais foi realizada a busca, em separados, pois, cada instituição mencionada é considerada um ambiente e, há também, os repositórios informacionais que não foram mencionados na categoria inicial; destacasse ainda que, nas análises realizadas, não foram encontradas as categorias temáticas “política informacional indígena” e nem “ mediação cultural indígena, descartados do Quadro 1.

Quadro 2 - Categorical inicial: Conhecimento indígena e Saberes indígenas - Categoria Intermediária I: Indígenas como sujeitos informacionais.

Categoria Inicial	Conceito Norteador	Categoria Intermediária
1 Conhecimentos indígenas	Esse movimento de valorização histórica dos “conhecimentos indígenas” e/ou “tradicionais” reflete, em grande medida, uma transformação da maneira como esses conhecimentos são representados [...].	I. Indígenas como sujeitos informacionais
2. Saberes indígenas	Junto com as pessoas e as coisas, os saberes também circularam ao longo dos séculos, formando redes estabelecidas sobre os mecanismos relacionais de apropriação, tradução e transformação [...]. Verifica que a aquisição e a transmissão desse saber se dá pela observação e pela oralidade no contato cotidiano do trabalho com esses produtos, seguindo armazenado apenas na memória de seus detentores.	

Fonte: Elaborado pelas autoras.



O Quadro 2, evidencia, a partir das categorias iniciais, a primeira categoria intermediária, os indígenas como sujeitos informacionais, sejam estas informações, geradas a partir da oralidade ou de documentos registrados. São pessoas produtoras, consumidoras e mediadoras de saberes e conhecimentos.

Quadro 3 - Categoria inicial: Gestão do conhecimento etnológico - Categoria Intermediária II: Memória documental indígena.

Categoria Inicial	Conceito Norteador	Categoria Intermediária
3. Gestão do conhecimento etnológico	<p>Similarmente para a discussão da chamada nova configuração documentária se faz necessário ponderar sobre a emergência da preservação dos estoques informacionais depositados em repositórios públicos ou geridos por entidades autônomas, como os administrados pelos próprios povos indígenas em seus centros de documentação.</p> <p>Na possibilidade de uma pessoa indígena de sua comunidade, administrar (gerenciar) um sistema cultural e de saberes étnicos, organizado pelos indígenas[...]... é uma coisa muito possível sim, mas precisa desse primeiro...um apoio ali e tal...capacitação a respeito do que vai ser feito e aí faz [...].</p> <p>[...] a ação museológica indígena relaciona-se com a tradução de categorias, práticas e conceitos voltados a “uma determinada (re)apropriação de acervos museais [...] as comunidades indígenas possuem formas próprias de preservar e transmitir o que lhes é significativo, de acordo com suas cosmologias e formas de organização social [...], e essa gestão independe dos museus, da museologia.</p>	II. Memória documental indígena

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 3, infere-se que a categoria gestão do conhecimento indígena/etnológico, está diretamente vinculado com a categoria intermediária, visto que, um ambiente de preservação da memória documental indígena é um espaço de gestão de insumos, de natureza etnológica, o qual é uma ação emergente para preservação documental e cultural desses povos.

Quadro 4 - Categoria inicial: Informação indígena - Categoria Intermediária III: Inclusão digital indígena.

Categoria Inicial	Conceito Norteador	Categoria Intermediária
4. Informação indígena	<p>[...] emergência da ação informacional indígena para a defesa dos seus interesses. Temos vivenciado resultando numa transformação qualitativa da informação produzida sobre os povos indígenas, assim como também no entendimento da importância documental existente em repositórios informacionais.</p> <p>[...] inclusão digital/intercultural; os múltiplos saberes culturais existentes; a implementação das novas tecnologias da informação e do conhecimento, a partir da etnologia na cibercultura [...];</p>	III. Inclusão digital indígena



	<p>Tem muitos indígenas no canal do <i>Youtube</i> por exemplo que ensina o guarani [língua], tem uma menina [indígena], ela tem um canal que está sempre ensinando umas coisinhas, falando de uma coisa ou de outra [da etnia guarani].</p> <hr/> <p>A utilização de novas tecnologias desponta para um viés importantíssimo, o qual também, queremos tratar aqui, o da comunicação interna. Um exemplo é o audiovisual produzido por uma comunidade Guarani [...].</p>	
--	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 4, revela que a partir da categoria informação indígena, há um entendimento, que essa categoria, tem relação com acessos das novas tecnologias da informação e comunicação por parte dos nativos, assim, inferiu-se que a categoria intermediária, inclusão digital indígena, sinaliza que um sistema tecnológico de informação e comunicação são ferramentas para a mediação informacional/cultural, imprescindível para acessos e posses de insumos informacionais pelos indígenas e também, para troca e/ou compartilhamento intercultural de natureza etnológica.

Quadro 5 - Categoria inicial: Biblioteca indígena - Categoria Intermediária IV: Autonomia Informacional indígena.

Categoria Inicial	Conceito Norteador	Categoria Intermediária
5. Ambiente informacional indígena (arquivo, biblioteca, museu)	<p>Os povos indígenas vivem um processo de crescente autonomia na utilização das ferramentas documentais, assim como também no processo de salvaguarda e disseminação de informação em repositórios indígenas [...].</p>	IV. Autonomia Informacional Indígena
	<p>O valor informativo que há nos documentos se fez ainda mais importante, pois é a partir dos elementos probatórios contidos nos arquivos indigenistas que vamos encontrar a comprovação [...]</p>	
	<p>Devido às especificidades da coleção bibliográfica e a importante relação que a instituição tem com os povos indígenas, a biblioteca adquire uma especificidade única enquanto responsável pela disponibilização de informações etnológicas sobre e para os povos originários do Brasil.</p>	
	<p>Sim, sempre ia na biblioteca pegar um livro, um texto... na biblioteca da cidade... ia pegar um livro pra minha filha quando me mandava, a gente conversa lá e pegava o livro [...]; Ideia sobre uma Biblioteca, Seria uma coisa boa né, que pode interligar e acho que toda informação é boa, né?</p>	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A última categoria (Quadro 5), deixa claro que os ambientes informacionais, seja um arquivo, biblioteca museu e/ou repositório de natureza etnológica, são espaços imprescindíveis nas e para as comunidades indígenas. As análises das informações,



possibilitou inferir, como categoria intermediária, a autonomia informacional indígena, corroborando com a crença de que, esses espaços informacionais, podem ser gerenciados por um agente indígena, pois são também, protagonistas nos processos de documentação, da preservação, disponibilização e acessos de informações e/ou saberes como bens preciosos para aprendizados e para o etnodesenvolvimento, na atualidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o objetivo proposto para este trabalho, foi atendido de forma parcial, pois sendo este, uma proposta da tese de doutorado ainda em desenvolvimento, ficou pendente parte das análises. As análises completas podem ser consultadas, posterior à conclusão da tese. As categorias temáticas e intermediárias apresentadas, são exemplos de ações relevantes para corroborar a pertinência de um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes aos povos indígenas do Brasil, como espaços ativos que contribuirão para a eficiência informacional, aprendizados e desenvolvimento etnocultural e, para o despertar crítico e político das populações indígenas brasileiras. Infere-se que, as fontes de evidências que não apresentaram as expressões requeridas, tais quais escritas, resultou em informações subentendidas nas comunicações, possíveis para considerar como ações importantes e válidas ao que se pretende. Sugere-se que estudos dessa natureza, seja uma constância na CI para contribuir com o desenvolvimento informacional e etnocultural dos povos indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Graça Gomes. **O papel do profissional da informação bibliotecário no apoio à prática da medicina baseada em evidências: olhares convergentes entre profissões em Salvador**. 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: [HTTPS://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7939](https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7939). Acesso em: mar. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Ação cultural e protagonismo social. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 45-58.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. *E-book*.
- BELLUZZO, Regina Celia Baptista; SILVA, Danielli Santos da. Gestão do conhecimento e saber nas bibliotecas universitárias: uma reflexão de importância na contemporaneidade. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 5-27, jan./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2236-417X2017v7n1p5>. Acesso em: fev. 2022.



BOOTH, Andrew. Evidence-based librarianship: one small step. **Health Information and Libraries Journal**, v. 19, p. 116-119, 2002. Disponível em:
<https://bibliotecariodesaude.com.br/biblioteconomia-baseada-em-evidencia-bbe/evidence-based-librarianship-one-small-step>. Acesso em: mar. 2022.

CIOL, Renata; BERAQUET, Vera Silva Marão. Evidência e informação: desafios da medicina para próxima década. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 221-230, set./dez. 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6470>. Acesso em: fev. 2022.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, Parará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 105-125, abr./jun. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pci/a/ytW7W4WHzhnM3QJ9VXm9Mnf/?lang=pt>. Acesso em: out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. *E-book*

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. O fenômeno informacional indígena e o processo de documentação. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2018. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v9i1p93-108.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. *E-book*.

MOLE, A. J. C.; EKWELEM, V.; DIN, C. L. Repackaging indigenous knowledge for non-indigenous user in university libraries (2018). **Library Philosophy and Practice** (ejournal). 2111. <http://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/2111>. Acesso em: fev. 2019.

NVLOVU, Morgan. Por que saberes indígenas no século XXI? uma guinada decolonial. **Epistemologia do Sul**, Foz do Iguaçu, PR, 1 (1), p. 127-144, 2017. Disponível em:
<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/782>. Acesso em: mar. 2021.

PAIVA, E. B. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade**, v.24, n.1, p. 61-70, jan./abr. 2014. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/indexphp/ies/article/download/16472/10876>. Acesso em fev.2019.

POVOS Indígenas no Brasil (PIB): Órgão Indigenista Oficial. Disponível em:
[https://pib.socioambiental.org/pt/%C3%93rg%C3%A3o Indigenista Oficial](https://pib.socioambiental.org/pt/%C3%93rg%C3%A3o%20Indigenista%20Oficial). Acesso em: jan. 2022.

RIBEIRO, Jurema Suely de Araújo *et al.* Gestão do conhecimento e sistemas de informação na cadeia de suprimentos local. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15,



n. 2, p. 215-289, maio/ago. 2019. Disponível em:
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1203>. Acesso em: out. 2019.

ROUSSEAU, Denise M. Is there such a thing as “evidence-based management”? **Academy of Management Review**, v. 31, n. 2, p. 256-259, 2006. Disponível em:
<https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.2006.20208679>. Acesso em: fev. 2020.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

SIMIONESCU, Codruța-Diana. Cultural heritage, identity and cultural mediation. **Rev. Hermeneia**, n. 21/2018. Disponível em:
<https://www.proquest.com/openview/a11f691ca835314d90ed9a7eeabdd6c9/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=1106344>. Acesso em: out. 2021.

SOUTO, L. F. **Gestão da informação e do conhecimento: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. *E-Book*.